

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>175.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	4.127.675	3.668.683
1.01	Ativo Circulante	1.177.752	440.271
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	485.438	12.240
1.01.02	Aplicações Financeiras	255.324	20.883
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	255.324	20.883
1.01.03	Contas a Receber	152.463	130.165
1.01.03.01	Clientes	152.463	130.165
1.01.03.01.01	Contas a Receber	150.937	128.675
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	1.526	1.490
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.403	4.063
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.405	5.582
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	273.719	267.338
1.01.08.03	Outros	273.719	267.338
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	111.991	106.213
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	159.860	159.860
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	1.518	981
1.01.08.03.04	Outros Créditos	350	284
1.02	Ativo Não Circulante	2.949.923	3.228.412
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.057.779	1.177.666
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	762	823
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.707	1.575
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.055.310	1.175.268
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	1.143	1.116
1.02.01.10.04	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	1.052.407	1.172.302
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais e Outros	1.760	1.850
1.02.03	Imobilizado	55.936	64.495
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	48.434	54.362
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.502	10.133
1.02.04	Intangível	1.836.208	1.986.251
1.02.04.01	Intangíveis	1.836.208	1.986.251
1.02.04.01.02	Intangível	1.828.142	1.967.636
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	8.066	18.615

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	4.127.675	3.668.683
2.01	Passivo Circulante	1.221.008	1.202.337
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.284	15.448
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.741	1.958
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	14.543	13.490
2.01.02	Fornecedores	23.703	24.676
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.655	24.432
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	48	244
2.01.03	Obrigações Fiscais	148.570	145.500
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	137.187	135.848
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	128.367	127.088
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a recolher	8.820	8.760
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	11.383	9.652
2.01.03.03.01	ISS a recolher	10.875	9.652
2.01.03.03.02	ISS Parcelado	508	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	736.351	724.618
2.01.04.02	Debêntures	736.351	724.618
2.01.05	Outras Obrigações	296.100	292.095
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	283.138	279.925
2.01.05.02	Outros	12.962	12.170
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.979	2.813
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	9.983	9.357
2.02	Passivo Não Circulante	2.065.586	1.991.678
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.881.527	1.803.819
2.02.01.02	Debêntures	1.881.527	1.803.819
2.02.02	Outras Obrigações	9.900	10.441
2.02.02.02	Outros	9.900	10.441
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	9.900	10.441
2.02.03	Tributos Diferidos	124.730	129.952
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	124.730	129.952
2.02.04	Provisões	49.429	47.466
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	49.429	47.466
2.02.04.01.05	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	48.073	47.466
2.02.04.01.06	Impostos e contribuições parcelados	1.356	0
2.03	Patrimônio Líquido	841.081	474.668
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	49.350	227.918
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	178.568
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	544.981	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	552.340	1.547.924	534.623	1.548.931
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-164.764	-480.391	-176.757	-510.585
3.02.01	Custo de Construção	-1.718	-7.925	-17.805	-61.260
3.02.02	Provisão de Manutenção	0	0	-225	-656
3.02.03	Depreciação e Amortização	-56.228	-158.891	-53.093	-146.977
3.02.04	Custo de Outorga	-49.036	-145.232	-48.460	-144.235
3.02.05	Serviços	-31.534	-90.808	-31.766	-77.045
3.02.06	Custo com Pessoal	-17.514	-51.789	-17.903	-56.006
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-4.239	-14.256	-4.282	-14.390
3.02.08	Outros	-4.495	-11.490	-3.223	-10.016
3.03	Resultado Bruto	387.576	1.067.533	357.866	1.038.346
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-28.744	-86.473	-34.901	-105.516
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.328	-89.044	-35.759	-107.942
3.04.02.01	Serviços	-14.853	-43.703	-14.908	-44.434
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-5.626	-14.588	-10.383	-23.022
3.04.02.03	Materiais, Equipamentos e Veículos	-317	-1.009	-188	-598
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-1.037	-3.024	-1.060	-3.415
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-2.666	-6.244	-3.946	-8.876
3.04.02.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-99	-607	-310	-15.603
3.04.02.07	Lei Rouanet, Incentivos Audiovisuais, Esportivos e Outros	-235	-1.975	-2.648	-5.446
3.04.02.08	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-348	-905	-279	-790
3.04.02.09	Contribuições a Sindicatos e Associações de Classe	-583	-2.039	-537	-1.530
3.04.02.10	Gastos com Viagens e Estadias	-9	-10	-8	-13
3.04.02.11	Provisão para perda esperada - Contas a receber	6	24	-112	297
3.04.02.12	Impostos, taxas e despesas com cartório	1.651	-908	-264	-961
3.04.02.13	Outros	-5.212	-14.056	-1.116	-3.551
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	612	2.628	891	2.647
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-28	-57	-33	-221

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	358.832	981.060	322.965	932.830
3.06	Resultado Financeiro	-44.765	-148.002	-57.956	-161.278
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	314.067	833.058	265.009	771.552
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-111.249	-288.077	-91.552	-262.597
3.08.01	Corrente	-114.097	-293.299	-90.777	-262.499
3.08.02	Diferido	2.848	5.222	-775	-98
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	202.818	544.981	173.457	508.955
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	202.818	544.981	173.457	508.955
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,15896	3,11418	0,99118	2,90831
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,15896	3,11418	0,99118	2,90831

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	202.818	544.981	173.457	508.955
4.03	Resultado Abrangente do Período	202.818	544.981	173.457	508.955

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	959.363	827.028
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	985.325	908.768
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	544.981	508.955
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-5.222	98
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	119.895	68.136
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	161.915	150.392
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	11.686	221
6.01.01.06	Variação Cambial sobre Empréstimos e Financiamentos	0	8.180
6.01.01.07	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	157.320	190.273
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária com Partes Relacionadas	13.177	13.588
6.01.01.11	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	-24	64
6.01.01.12	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	998	8.900
6.01.01.13	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	0	656
6.01.01.14	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	0	152
6.01.01.15	Capitalização de Custo de Empréstimos	-1.117	-5.889
6.01.01.16	Resultado de Operações com Derivativos	-7.162	-36.473
6.01.01.17	Variações Cambiais sobre Fornecedores estrangeiros	5	3
6.01.01.18	Atualização monetária s/ riscos cíveis e trabalhistas	6.156	10.832
6.01.01.19	Valor justo de empréstimos, financiamento e debêntures	-8.544	0
6.01.01.20	Cessão Onerosa - Pagamento de Juros	-8.739	-9.320
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.962	-81.740
6.01.02.01	Contas a Receber com Clientes	-22.238	-7.381
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-168	-375
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	633	5.118
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outras	-1.738	-1.569
6.01.02.05	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	0	-63.094
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	-537	-939
6.01.02.07	Fornecedores	-978	-1.346
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	98	-1.076
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	836	1.968
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão para Impostos	290.411	248.301
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-285.985	-249.410
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	166	-51
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	0	-4.074
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	85	-3.684
6.01.02.15	Pagamento para Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-6.547	-4.128
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-249.646	-661.299
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-5.767	-8.168
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-9.438	-59.770
6.02.04	Aplicações financeiras líquidas de resgate	-234.441	-593.361
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-236.519	-146.585
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Captação	0	299.642

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.03.02	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Principal	0	-173.333
6.03.03	Empresimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Juros	-59.335	-74.044
6.03.05	Liquidação de Operações com Derivativos	1.384	-10.125
6.03.07	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-178.568	-188.725
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	473.198	19.144
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.240	10.732
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	485.438	29.876

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	227.918	0	0	474.668
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	227.918	0	0	474.668
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-178.568	0	0	-178.568
5.04.06	Dividendos	0	0	-178.568	0	0	-178.568
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	544.981	0	544.981
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	544.981	0	544.981
5.07	Saldos Finais	246.750	0	49.350	544.981	0	841.081

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	238.086	0	0	484.836
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	238.086	0	0	484.836
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-188.725	0	0	-188.725
5.04.06	Dividendos	0	0	-188.725	0	0	-188.725
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	508.955	0	508.955
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	508.955	0	508.955
5.07	Saldos Finais	246.750	0	49.361	508.955	0	805.066

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
7.01	Receitas	1.696.323	1.688.849
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.695.182	1.682.663
7.01.02	Outras Receitas	1.117	5.889
7.01.02.01	Juros Capitalizados	1.117	5.889
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	24	297
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-191.316	-241.929
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-112.030	-97.494
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-71.361	-82.519
7.02.04	Outros	-7.925	-61.916
7.02.04.01	Custo de Construção	-7.925	-61.260
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	0	-656
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.505.007	1.446.920
7.04	Retenções	-161.915	-150.392
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-161.915	-150.392
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.343.092	1.296.528
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	45.194	119.163
7.06.02	Receitas Financeiras	45.194	119.163
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.388.286	1.415.691
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.388.286	1.415.691
7.08.01	Pessoal	58.732	70.608
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.636	50.125
7.08.01.02	Benefícios	19.009	17.159
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.998	2.240
7.08.01.04	Outros	1.089	1.084
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	443.662	405.316
7.08.02.01	Federais	357.805	323.925
7.08.02.02	Estaduais	186	225
7.08.02.03	Municipais	85.671	81.166
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	340.911	430.812
7.08.03.01	Juros	193.904	285.391
7.08.03.02	Aluguéis	1.775	1.186
7.08.03.03	Outras	145.232	144.235
7.08.03.03.01	Outorga	145.232	144.235
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	544.981	508.955
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	544.981	508.955

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

#### Julho a Setembro/2019

As informações financeiras intermediárias abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3T18.

#### 1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 550,6 milhões (6,5%);
- O EBIT atingiu R\$ 358,8 milhões (11,0%) e a margem EBIT 65,0% (4,6 p.p.);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 456,1 milhões (9,2%) e a margem EBITDA ajustada 82,8% (2,0 p.p.);
- O lucro líquido atingiu R\$ 202,8 milhões (16,9%).

<b>Indicadores (R\$ MM)</b>	<b>3T19</b>	<b>3T18</b>	<b>Var.%</b>
Receita Líquida Operacional*	550,6	516,8	6,5%
EBIT	358,8	323,1	11,0%
Margem EBIT Ajustada	65,2%	62,5%	2,7 p.p.
EBITDA (ajustado)	456,1	417,5	9,2%
Margem EBITDA (ajustada)	82,8%	80,8%	2,0 p.p.
Lucro Líquido	202,8	173,5	16,9%

\*Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos.

#### 1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq<sup>1</sup>)

<b>Em unid. (Veq<sup>1</sup>)</b>	<b>3T19</b>	<b>3T18</b>	<b>Var.%</b>
Veículos de Passeio (Eq)	32.203.304	31.646.843	1,8%
Veículos Comerciais (Eq)	35.700.807	34.763.823	2,7%
Veículos Equivalentes	67.904.111	66.410.666	2,2%

(Veq<sup>1</sup>) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

## Comentário do Desempenho

### Tráfego consolidado (2,2%)

O tráfego consolidado apresentou aumento de 2,2% sobre o mesmo período do ano anterior, substancialmente devido ao incremento da receita decorrente do reajuste da tarifa média, que apresentou crescimento de 4,6583%

### Veículos de passeio (1,8%)

A categoria sofreu aumento de 1,8% no 3T19 em comparação ao mesmo período do ano anterior, apresentando crescimento substancialmente devido ao reajuste da tarifa ocorrido em julho/2019.

### Veículos comerciais (2,7%)

A categoria apresentou uma queda de 2,7% no 3T19 em comparação ao mesmo período do ano anterior, substancialmente devido ao reajuste da tarifa ocorrido em julho/2019.

## 1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

## 1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

<b>Receita Bruta Operacional (R\$ mil)</b>	<b>3T19</b>	<b>3T18</b>	<b>Var.%</b>
Receita de Pedágio	594.818	557.863	6,6%
Receita Partes Relacionadas	871	801	8,7%
Receitas Acessórias	8.431	7.144	18,0%
<b>Receita Bruta Operacional Total</b>	<b>604.120</b>	<b>565.808</b>	<b>6,8%</b>

<b>Receita Bruta de Construção (R\$ mil)</b>	<b>3T19</b>	<b>3T18</b>	<b>Var.%</b>
<b>Total</b>	<b>1.718</b>	<b>17.805</b>	<b>-90,4%</b>

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR AutoBAn, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

No 3T19 os principais investimentos realizados pela companhia foram aquisições de equipamentos para melhorar a infraestrutura das praças de pedágio.

## Comentário do Desempenho

### Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 3T19 (conforme demonstrado no quadro 1.1) é 6,5% maior do que o mesmo período do ano anterior.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total foi de 8,65% sobre a receita operacional bruta totalizaram o valor de R\$ 53,5 milhões.

### Custos e despesas totais

<b>Custos (R\$ mil)</b>	<b>3T19</b>	<b>3T18</b>	<b>Var. %</b>
Custo de Construção	1.718	17.805	-90,4%
Provisão de Manutenção	0	225	-100,0%
Depreciação e Amortização	57.265	54.153	5,7%
Custo da Outorga	49.036	48.460	1,2%
Serviços de Terceiros	46.387	46.674	-0,6%
Pessoal	23.140	28.286	-18,2%
Materiais, Equipamentos e Veículos	4.556	4.470	1,9%
Outros	11.406	11.585	-1,5%
<b>Custos Totais</b>	<b>193.508</b>	<b>211.658</b>	<b>-8,6%</b>

**Custo de construção:** O custo de construção sofreu uma redução de 90,4% no 3T19 comparado ao 3T18, esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período, principalmente pela finalização da implantação do Complexo Jundiá.

**Provisão de manutenção:** A companhia deixou de contabilizar a provisão de manutenção devido ao fim das manutenções programadas estabelecidas no contrato de concessão.

**Depreciação e amortização:** O aumento das despesas no 3T19 em comparação ao 3T18, se deve ao início da depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 3T18 e o 3T19.

**Custo da outorga:** O custo da outorga no 3T19 aumentou 1,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior devido ao aumento da receita.

**Serviços de Terceiros:** Os valores do 3T19 estão 0,6% menores do que no 3T18, não sofrendo variações significativas.

**Pessoal:** Os valores do 3T19 estão 18,2% menores em comparação ao mesmo período do ano anterior, devido à redução no quadro de funcionários em 2018, com a concentração de rescisões relevantes no 3T18.

**Materiais, Equipamentos e Veículos:** Os valores do 3T19 estão 1,9% maiores em relação ao 3T18 substancialmente devido ao aumento nos custos de materiais de consumo.

## Comentário do Desempenho

**Outros:** Os valores do 3T19 estão 1,5% menores do que no 3T18, devido substancialmente a redução dos valores com projetos de incentivo à cultura.

### EBITDA

<b>Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)</b>	<b>3T19</b>	<b>3T18</b>	<b>Var. %</b>
Lucro Líquido	202,8	173,5	16,9%
(+) IR/CS	111,2	91,6	21,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	44,8	58,0	-22,8%
(+) Depreciação e Amortização	57,3	54,2	5,7%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>416,1</b>	<b>377,3</b>	<b>10,3%</b>
<b>Margem EBITDA (a)</b>	<b>75,3%</b>	<b>70,6%</b>	<b>4,7 p.p.</b>
(+) Despesas antecipadas (b)	40,0	40,0	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	0,0	0,2	-100,0%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>456,1</b>	<b>417,5</b>	<b>9,2%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada (d)</b>	<b>82,8%</b>	<b>80,8%</b>	<b>2,0 p.p.</b>

### EBIT

<b>Reconciliação EBIT (R\$ MM)</b>	<b>3T19</b>	<b>3T18</b>	<b>Var. %</b>
Lucro Líquido	202,8	173,5	16,9%
(+) IR/CS	111,2	91,6	21,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	44,8	58,0	-22,8%
<b>EBIT (a)</b>	<b>358,8</b>	<b>323,1</b>	<b>11,0%</b>
<b>Margem EBIT (a)</b>	<b>65,0%</b>	<b>60,4%</b>	<b>4,6 p.p.</b>
<b>Margem EBIT Ajustada (e)</b>	<b>65,2%</b>	<b>62,5%</b>	<b>2,7 p.p.</b>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção.

(e) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

## Comentário do Desempenho

### Resultado financeiro líquido

<b>Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)</b>	<b>3T19</b>	<b>3T18</b>	<b>Var. %</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>58,4</b>	<b>110,1</b>	<b>-47,0%</b>
Juros e Variações Monetárias	45,3	80,4	-43,7%
Juros e variações monetárias sobre mútuos	4,4	4,6	-4,3%
Perda com operações de derivativos	2,1	19,3	-89,1%
Capitalização de custos dos empréstimos	-0,2	-0,7	-71,4%
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	0,2	4,3	-95,3%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	6,6	2,2	200,0%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>-13,6</b>	<b>-52,1</b>	<b>-73,9%</b>
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-0,6	-8,8	-93,2%
Ganho com operações de derivativos	-2,8	-22,4	-87,5%
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	-1,9	-14,2	-86,6%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-7,8	-6,4	21,9%
Juros e outras receitas financeiras	-0,5	-0,3	66,7%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>44,8</b>	<b>58,0</b>	<b>-22,8%</b>

O Resultado Financeiro Líquido no 3T19 variou -22,8% quando comparado com o 3T18, principalmente pela variação dos indexadores das dívidas, da 5ª emissão de notas promissórias, liquidação da operação 4131, liquidação da 5ª Emissão de debêntures, realização da 9ª emissão de debêntures, amortização de parte do endividamento e recolhimento de impostos de períodos anteriores.

### 2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de Acidentes (un)</b>	<b>3T19</b>	<b>3T18</b>	<b>Var. %</b>
Total de acidentes	1.335	1.521	-12,2
Total de vítimas	942	896	5,1

### 4. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores.

#### A Diretoria.

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2019

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 18 de abril de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
  - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira.
  - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124.
  - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira.
  - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira.
  - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba.
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21.
  - Recuperação do trevo do km 62.
- Na Rodovia dos Bandeirantes:
  - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira.
  - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas.
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

## Notas Explicativas

Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2019, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

### Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

### Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Abaixo listamos os principais processos que tiveram andamento em 2019.

#### i. Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo nº 053.02.022800-0), ajuizada em 28 de agosto de 2002, pelo MP/SP contra a Companhia e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da Companhia, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a Companhia foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a Companhia apresentou recursos aos tribunais superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. Em primeira instância, a Companhia apresentou contestação em 10 julho de 2014. Em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação. Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação. Em 19 de abril de 2018, a Companhia apresentou petição no STJ, informando a sentença nos autos originários e a consequente perda superveniente do objeto dos recursos excepcionais.

Em 12 de junho de 2019, foi proferido acórdão dando provimento ao recurso do Ministério Público para afastar a prescrição intercorrente e determinar o retorno dos autos à instância ordinária, para que fosse apreciada eventual necessidade de produção de provas e consequentemente apreciar o mérito da ação. Em 26 de julho de 2019, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e o DER opuseram recurso de embargos de declaração, que aguarda julgamento.

#### ii. Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a Companhia propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026956-86.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença que julgou a ação procedente. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela Companhia, bem como pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela Companhia foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à suspensão de liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de São

## Notas Explicativas

Paulo. Em junho de 2015, o Estado de São Paulo e a ARTESP interuseram recursos de apelação, que, em 04 de outubro de 2016, tiveram seu julgamento convertido em diligência, para que seja realizada prova pericial destinada a apurar se está correto o índice de atualização monetária aplicado pelo Estado às tarifas cobradas pela Companhia, por ocasião do reajuste de 2014. Contra essa decisão, a Companhia opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 04 de abril de 2017. Em 10 de julho de 2017, o processo foi remetido à primeira instância para a realização da prova pericial determinada pelo TJSP.

Em 06 de março de 2019, o laudo pericial foi juntado aos autos. Após apresentação da manifestação das partes sobre o laudo pericial, o Estado de São Paulo apresentou alegações finais em 30 de maio de 2019 e a Companhia em 13 de junho de 2019.

Tendo sido concluída a diligência determinada pelo TJSP, em 19 de junho de 2019, foi determinada a remessa dos autos à 3ª Câmara de Direito Público para retomada do julgamento da apelação interposta pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP.

### iii. Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Companhia, solicitação da ARTESP para apresentação de defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a Companhia pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A Companhia ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado e da ARTESP, e julgando improcedente o pedido formulado na ação da Companhia. Contra essa sentença, a Companhia apresentou embargos de declaração que foram rejeitados. A Companhia apresentou recurso de apelação em 05 de outubro de 2015. Em 15 de março de 2016, foi proferido despacho (i) recebendo o recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo, (ii) abrindo vistas ao Estado e à ARTESP para apresentar contrarrazões e (iii) determinando o encaminhamento dos autos ao TJSP após o cumprimento das duas providências anteriores.

O recurso de apelação seria julgado em 06 de fevereiro de 2017, porém, em 31 de janeiro de 2017, a Companhia apresentou pedido de tutela de urgência ao STJ para suspender o julgamento de tal recurso de apelação até que se decidisse a questão sobre provas pelos tribunais superiores. Em 03 de fevereiro de 2017, o STJ deferiu parcialmente o pedido liminar, determinando a suspensão do julgamento da apelação da Companhia. Em 06 de fevereiro de 2017, a 5ª Câmara de Direito Público do TJSP acatou tal decisão proferida

## Notas Explicativas

pelo STJ e não julgou o mérito. Por outro lado, na mesma ocasião, a 5ª Câmara declinou de sua competência para julgar a apelação da Companhia, determinando a remessa do recurso à 3ª Câmara de Direito Público do TJSP. Contra essa decisão, a Companhia e o Estado de São Paulo apresentaram embargos de declaração requerendo o reconhecimento da competência da 5ª Câmara para processar e julgar o recurso de apelação.

Os embargos de declaração apresentados pelas partes foram rejeitados em 30 de maio de 2017. Em 06 de junho de 2017, a Companhia apresentou incidente de dúvida de competência perante a Turma Especial de Direito Público do TJSP, que foi julgado em 15 de setembro de 2017, tendo sido reconhecida a competência da 5ª Câmara de Direito Público para julgar o mérito da apelação da Companhia.

No STJ, tendo sido iniciado em 27 de fevereiro de 2018 o julgamento do pedido de tutela provisória e do recurso de agravo de instrumento, interposto contra a decisão que não deferiu a realização de prova pericial, foi o mesmo concluído na sessão de julgamento de 17 de setembro de 2019, oportunidade em que foi dado parcial provimento ao recurso especial interposto pela Companhia para reconhecer a ausência de perda do objeto do agravo de instrumento bem como para determinar a anulação do acórdão do TJ/SP que julgou os embargos de declaração e julgar prejudicada a tutela provisória anteriormente concedida.

A Companhia propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019925-66.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 08 de outubro de 2014 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 20 de fevereiro de 2015, a Companhia interpôs recurso de apelação, que teve o seu provimento negado em acórdão publicado em 31 de maio de 2016. Ambas as partes interpuseram recursos às instâncias superiores. Os recursos especial e extraordinário interpostos pela Companhia foram inadmitidos e, em 06 de abril de 2017, a Companhia interpôs agravos contra a inadmissão do recurso especial e do recurso extraordinário, que aguardam julgamento.

A administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

### 1.1 Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265, paga em 11 de março de 2019, e o saldo remanescente será pago em 1º de março de 2020. Tais valores são corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A

## Notas Explicativas

Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo.

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a controladora CCR e a Companhia, conseqüentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais.

A Companhia e sua controladora CCR continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

### 2. Principais práticas contábeis

Neste período de nove meses não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2019, do Pronunciamento CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia não identificou impactos em suas informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019 em função da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

### 3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 - Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações intermediárias.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 25 de outubro, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

### 4. Determinação dos valores justos

Neste período de nove meses não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

## Notas Explicativas

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período de nove meses não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos	10.028	12.240
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>475.410</u>	<u>-</u>
<b>Total - Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>485.438</u></b>	<b><u>12.240</u></b>
	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Circulante</b>		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>255.324</u>	<u>20.883</u>
<b>Total - Aplicações financeiras</b>	<b><u>255.324</u></b>	<b><u>20.883</u></b>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,01% do CDI, equivalente a 6,20% ao ano (98,47% do CDI, equivalente a 6,29% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

### 7. Contas a receber

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	2.528	2.464
Pedágio eletrônico (b)	<u>148.541</u>	<u>126.367</u>
	151.069	128.831
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(132)</u>	<u>(156)</u>
	<b><u>150.937</u></b>	<b><u>128.675</u></b>

### Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Créditos a vencer	150.892	128.536
Créditos vencidos até 60 dias	41	120
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	4	19
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	89	66
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>43</u>	<u>90</u>
	<b><u>151.069</u></b>	<b><u>128.831</u></b>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;

## Notas Explicativas

- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	314.067	833.058	265.009	771.552
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(106.783)	(283.240)	(90.103)	(262.328)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	1.727	(1.180)	(1.548)	(2.519)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(44)	(111)	(1.072)	(1.427)
Incentivo relativo ao imposto de renda	352	2.370	2.753	4.511
Outros ajustes tributários	(3.465)	(2.880)	(1.582)	(1.194)
Provisões/atualizações do Termo de Autocomposição	(3.036)	(3.036)	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(111.249)	(288.077)	(91.552)	(262.957)
Impostos correntes	(114.097)	(293.299)	(90.777)	(262.499)
Impostos diferidos	2.848	5.222	(775)	(98)
	(111.249)	(288.077)	(91.552)	(262.597)
Alíquota efetiva de impostos	35,42%	34,58%	34,55%	34,03%

#### b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2018	Reconhecido no resultado	30/09/2019		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.779	(416)	1.363	1.363	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	53	(8)	45	45	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	16.139	206	16.345	16.345	-
Resultado de operações com derivativos	(32.972)	(5.045)	(38.017)	-	(38.017)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(115.568)	10.724	(104.844)	108.257	(213.101)
Provisão com AudioVisual	297	-	297	297	-
Provisão para fornecedores	304	(304)	-	-	-
Outros	16	65	81	81	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(129.952)	5.222	(124.730)	126.388	(251.118)
Compensação de imposto	-	-	-	(126.388)	126.388
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(129.952)	5.222	(124.730)	-	(124.730)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

## Notas Explicativas

### 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Circulante	4.585	4.585	155.275	155.275	159.860	159.860
	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Não Circulante	30.182	33.621	1.022.225	1.138.681	1.052.407	1.172.302

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2019, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 119.895 (R\$ 68.136 no mesmo período de 2018).

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e à indenização de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram ativados e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

### 10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados do período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações							
	01/07/2019 a 30/09/2019			01/01/2019 a 30/09/2019				
	Serviços prestados	Receitas	Despesas financeiras	Serviços prestados	Receitas	Despesas financeiras		
<b>Controladora</b>								
CCR	5.559 (a)	-	4.438 (c)	16.644 (a)	-	13.177 (c)		
<b>Outras partes relacionadas</b>								
CPC	9.985 (b)	458	-	30.670 (b)	1.310	-		
Samm	269 (f)	413 (d)	-	793 (f)	1.195 (d)	-		
Total	15.813	871	4.438	48.107	2.505	13.177		
	Transações							
	01/07/2018 a 30/09/2018			01/01/2018 a 30/09/2018				
	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras
<b>Controladora</b>								
CCR	5.350 (a)	-	-	4.555 (c)	16.050 (a)	-	-	13.588 (c)
<b>Outras partes relacionadas</b>								
CPC	10.402 (b)	-	426	-	30.911 (b)	-	1.243	-
Samm	250 (f)	-	375 (d)	-	735 (f)	-	1.077 (d)	-
Camargo Correa	-	4.811 (g)	-	-	-	21.817 (g)	-	-
Total	16.002	4.811	801	4.555	47.696	21.817	2.320	13.588

**Notas Explicativas**

	<b>30/09/2019</b>		
	<b>Saldos</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	
	<b>Contas a receber</b>	<b>Cessão Onerosa</b>	<b>Fornecedores e contas a pagar</b>
<b>Controladora</b>			
CCR S.A.	13 (e)	277.913 (c)	1.749 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>			
RodoAnel Oeste	5 (e)	-	3 (e)
CPC	295 (b) (e)	-	3.372 (b) (e)
Samm	2.763 (d)	-	89 (f)
Conces. ViaRio S.A	1 (e)	-	-
Renovias	156 (e)	-	12 (e)
Total circulante, 30 de setembro de 2019	1.526	277.913	5.225
Total não circulante, 30 de setembro de 2019	1.707	-	-
Total, 30 de setembro de 2019	<u>3.233</u>	<u>277.913</u>	<u>5.225</u>

	<b>31/12/2018</b>		
	<b>Saldos</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	
	<b>Contas a receber</b>	<b>Cessão Onerosa</b>	<b>Fornecedores e contas a pagar</b>
<b>Controladora</b>			
CCR S.A.	42 (a) (e)	273.475 (c)	1.682 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>			
CPC	305 (b) (e)	-	3.418 (b)
RodoAnel Oeste	3 (e)	-	6 (e)
Metrô Bahia	2 (e)	-	13 (e)
RodoNorte	82 (e)	-	7 (e)
Samm	2.631 (d)	-	-
Camargo Correa Infra Construções S.A	-	-	1.324 (g)
Total circulante, 31 de dezembro de 2018	1.490	273.475	6.450
Total não circulante, 31 de dezembro de 2018	1.575	-	-
Total, 31 de dezembro de 2018	<u>3.065</u>	<u>273.475</u>	<u>6.450</u>

**Despesas com profissionais chave da administração**

	<u>01/07/2019 a 30/09/2019</u>	<u>01/01/2019 a 30/09/2019</u>	<u>01/07/2018 a 30/09/2018</u>	<u>01/01/2018 a 30/09/2018</u>
Remuneração: (h)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	314	924	1.338	2.501
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	-	355	313	941
(Reversão)/Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	-	(589)	-	1.037
PPR do ano pago no ano	-	-	3.731	3.731
Previdência privada	12	40	4	4
Seguro de vida	1	2	1	3
	<u>327</u>	<u>732</u>	<u>5.387</u>	<u>8.217</u>

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:**

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remuneração dos administradores (h)	627	1.369

## Notas Explicativas

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.200, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI;
- (d) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (f) Serviços de transmissão de dados prestados pela Samm;
- (g) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a implantação de novo sistema viário para acesso ao município de Jundiá, com vigência de 16 de maio de 2016 a 30 de outubro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorreram em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor. Exceto pela retenção de caução, que será quitada após cumprimento de determinadas cláusulas contratuais; e
- (h) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

## 11. Ativo Imobilizado

### Movimentação do custo

	31/12/2018		30/09/2019		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	3.144	-	(4)	14	3.154
Máquinas e equipamentos	52.599	-	(21)	2.798	55.376
Veículos	20.092	-	(826)	935	20.201
Equipamentos operacionais	155.618	-	(193)	3.085	158.510
Imobilizações em andamento	10.133	6.219	-	(8.850)	7.502
	<u>241.586</u>	<u>6.219</u>	<u>(1.044)</u>	<u>(2.018)</u>	<u>244.743</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 452 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 (R\$ 661 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2019 e 2018 foi de 0,45% a.m. e de 0,45% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures).

## Notas Explicativas

### Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2018	30/09/2019		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
		Móveis e utensílios	10	(2.199)	(170)
Máquinas e equipamentos	11	(30.714)	(4.353)	20	(35.047)
Veículos	25	(14.875)	(2.020)	805	(16.090)
Equipamentos operacionais	14	(129.303)	(6.162)	161	(135.304)
		<u>(177.091)</u>	<u>(12.705)</u>	<u>989</u>	<u>(188.807)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

## 12. Intangível e intangível em construção

### Movimentação do custo

	31/12/2018	30/09/2019			
	Saldo inicial	Adições	Transfêrências (a)	Outros (b)	Saldo final
	Direitos de exploração da infraestrutura	3.301.201	99	19.022	(16.846)
Direitos de uso de sistemas informatizados (a)	14.883	-	705	-	15.588
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento (a)	-	196	1.050	-	1.246
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados (a)	5.457	-	263	-	5.720
<b>Intangível</b>	<u>3.321.541</u>	<u>295</u>	<u>21.040</u>	<u>(16.846)</u>	<u>3.326.030</u>
<b>Intangível em Construção</b>	<u>18.615</u>	<u>8.485</u>	<u>(19.022)</u>	<u>(12)</u>	<u>8.066</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 665 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 (R\$ 5.228 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2019 e 2018 foi de 0,45% a.m. e 0,45% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures).

### Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2018	30/09/2019		
		Saldo inicial	Adições	Outros (b)	Saldo final
		Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(1.336.593)	(148.165)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(11.976)	(980)	-	(12.956)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.336)	(65)	-	(5.401)
		<u>(1.353.905)</u>	<u>(149.210)</u>	<u>5.227</u>	<u>(1.497.888)</u>

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

(b) R\$ 11.631 refere-se a baixa de ativo contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado.

## Notas Explicativas

### 13. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/09/2019	Vencimento Final	30/09/2019	31/12/2018
5a Emissão - (Notas promissórias)	106,75% do CDI	0,2246% (b)	4.629	1.675	Outubro de 2020	786.848	748.218 (d)
6a Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	5,7635% (a)	-	-	Outubro de 2019	503.273	491.271 (d)
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	228.081	218.768 (d)
8a Emissão - Série única	IPCA + 5,4705% a.a.	5,8694% (a)	11.925	7.176	Julho de 2022	776.974	763.299 (e)
9a Emissão - Série única	109,5% do CDI	0,0396% (b)	366	228	Agosto de 2021	322.702	306.881 (e)
<b>Total geral</b>				<u>9.079</u>		<u>2.617.878</u>	<u>2.528.437</u>
						<b>30/09/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures e notas promissórias						740.416	728.581
Custos de transação						(4.065)	(3.963)
						<u>736.351</u>	<u>724.618</u>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures e notas promissórias						1.886.541	1.811.894
Custos de transação						(5.014)	(8.075)
						<u>1.881.527</u>	<u>1.803.819</u>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 18.

#### Garantias:

- (d) Não existem garantias.
- (e) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

#### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>30/09/2019</u>
2020	322.931
2021	775.087
2022	<u>788.523</u>
Total	<u><u>1.886.541</u></u>

A Companhia possui contratos de debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos.

Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

## Notas Explicativas

Neste período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, não ocorreram novas operações.

Para maiores detalhes sobre as debêntures e notas promissórias, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

### 14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2018		30/09/2019			Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos			
<b>Não circulante</b>							
Cíveis	3.233	5.695	(1.769)	(2.484)	469	5.144	
Trabalhistas e previdenciários	5.765	4.484	(1.191)	(4.063)	503	5.498	
Tributários	38.468	2.444	(8.665)	-	5.184	37.431	
	<u>47.466</u>	<u>12.623</u>	<u>(11.625)</u>	<u>(6.547)</u>	<u>6.156</u>	<u>48.073</u>	

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/09/2019	31/12/2018
Cíveis e administrativo	2.348	8.806
Trabalhistas e previdenciários	2.373	5.345
Tributárias	3.605	3.840
	<u>8.326</u>	<u>17.991</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 54.012 (R\$ 86.716 em 31 de dezembro de 2018).

### 15. Patrimônio Líquido

#### a. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

## Notas Explicativas

	<u>01/07/2019 a</u> <u>30/09/2019</u>	<u>01/01/2019 a</u> <u>30/09/2019</u>	<u>01/07/2018 a</u> <u>30/09/2018</u>	<u>01/01/2018 a</u> <u>30/09/2018</u>
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do período	202.818	544.981	173.457	508.955
<b>De nominador</b>				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	<u>1,15896</u>	<u>3,11418</u>	<u>0,99118</u>	<u>2,90831</u>

### b. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 28 de março de 2019, foi aprovado através da Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos à conta de Dividendos Adicionais Propostos do exercício de 2018 no montante de R\$ 178.568, correspondente a R\$ 1,02 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 28 de março de 2019.

## 16. Receitas

	<u>01/07/2019 a</u> <u>30/09/2019</u>	<u>01/01/2019 a</u> <u>30/09/2019</u>	<u>01/07/2018 a</u> <u>30/09/2018</u>	<u>01/01/2018 a</u> <u>30/09/2018</u>
Receitas de pedágio	594.818	1.658.834	557.863	1.593.625
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.718	7.925	17.805	61.260
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	871	2.505	801	2.320
Receitas acessórias	8.431	25.918	7.144	25.458
<b>Receita bruta</b>	<u>605.838</u>	<u>1.695.182</u>	<u>583.613</u>	<u>1.682.663</u>
Impostos sobre receitas	(53.497)	(147.254)	(48.990)	(133.043)
Abatimentos	(1)	(4)	-	(689)
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<u>(53.498)</u>	<u>(147.258)</u>	<u>(48.990)</u>	<u>(133.732)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>552.340</u>	<u>1.547.924</u>	<u>534.623</u>	<u>1.548.931</u>

## 17. Resultado financeiro

	<u>01/07/2019 a</u> <u>30/09/2019</u>	<u>01/01/2019 a</u> <u>30/09/2019</u>	<u>01/07/2018 a</u> <u>30/09/2018</u>	<u>01/01/2018 a</u> <u>30/09/2018</u>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(40.139)	(116.137)	(46.014)	(128.345)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(4.438)	(13.177)	(4.555)	(13.588)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(5.157)	(43.431)	(34.393)	(71.072)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	(15.060)
Perda com operações de derivativos	(2.055)	(11.476)	(19.292)	(40.899)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	(14)	(152)
Capitalização de custos dos empréstimos	206	1.117	684	5.889
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	(177)	(2.232)	(4.277)	(13.370)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(1)	(5)	-	(6)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(6.601)	(7.855)	(2.163)	(3.838)
	<u>(58.362)</u>	<u>(193.196)</u>	<u>(110.024)</u>	<u>(280.441)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	6.880
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	587	2.248	8.798	9.144
Ganho com operações de derivativos	2.766	18.638	22.405	63.971
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	1.948	10.776	14.177	26.771
Rendimento sobre aplicações financeiras	7.831	12.431	6.354	11.400
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	-	3	3
Juros e outras receitas financeiras	465	1.101	331	994
	<u>13.597</u>	<u>45.194</u>	<u>52.068</u>	<u>119.163</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(44.765)</u>	<u>(148.002)</u>	<u>(57.956)</u>	<u>(161.278)</u>

## Notas Explicativas

### 18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias, conforme o quadro a seguir:

#### Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2019			31/12/2018		
	Valor justo através do resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Caixa e bancos	10.028	-	-	12.240	-	-
Aplicações financeiras	730.734	-	-	20.883	-	-
Contas a receber	-	150.937	-	-	128.675	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.233	-	-	3.065	-
Contas a receber - operações de derivativos	111.991	-	-	106.213	-	-
<b>Passivos</b>						
Debêntures e notas promissórias (a)	(503.273)	-	(2.114.605)	(491.271)	-	(2.037.166)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(30.667)	-	-	(29.839)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(5.225)	-	-	(6.450)
Cessão onerosa - partes relacionadas	-	-	(277.913)	-	-	(273.475)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(2.979)	-	-	(2.813)
	<u>349.480</u>	<u>154.170</u>	<u>(2.431.389)</u>	<u>(351.935)</u>	<u>131.740</u>	<u>(2.349.743)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas e cessão onerosa - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber com derivativos** - Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva.
- **Debêntures e notas promissórias mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

## Notas Explicativas

	30/09/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e notas promissórias (a) (b)	2.123.684	2.201.657	2.049.204	2.099.194

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia do valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 503.120 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 482.576 em 31 de dezembro de 2018, conforme detalhado a seguir:

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	94,86% até 98,9% do CDI	503.120
			<b>503.120</b>

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	30/09/2019	31/12/2018
<b>Nível 2:</b>		
Aplicações financeiras	730.734	20.883
Derivativos	111.991	106.213
Debêntures e notas promissórias	(503.273)	(491.271)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

## Notas Explicativas

### Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

## Notas Explicativas

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado	
					Moeda local		Moeda local		Moeda local	Recebidos/(Pagos)	Valores a receber/ (recebidos)		Ganho/(Perda) em resultado	
					30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	30/09/2018
<b>SWAP</b>														
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	100.000	100.000	134.205	131.006	353	(60)	31.411	29.786	1.978	2.394
Posição passiva				98,90% do CDI			(102.794)	(101.220)						
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	100.000	100.000	134.206	131.006	393	(18)	31.451	29.864	1.980	2.392
Posição passiva				97,65% do CDI			(102.755)	(101.142)						
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	50.000	50.000	67.103	65.503	194	(12)	15.722	14.926	990	1.196
Posição passiva				97,85% do CDI			(51.381)	(50.577)						
Posição ativa	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	130.106	130.106	166.985	163.003	444	(71)	33.407	31.637	2.214	2.714
Posição passiva				94,86% do CDI			(133.578)	(131.366)						
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/09/2019</b>					<u>380.106</u>	<u>380.106</u>	<u>111.991</u>	<u>106.213</u>	<u>1.384</u>	<u>(161)</u>	<u>111.991</u>	<u>106.213</u>	<u>7.162</u>	<u>8.696</u>
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018</b>							<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.964)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.376</u>
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>							<u>111.991</u>	<u>106.213</u>	<u>1.384</u>	<u>(10.125)</u>	<u>111.991</u>	<u>106.213</u>	<u>7.162</u>	<u>23.072</u>

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

(2) O contrato possui vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

## Notas Explicativas

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Riscos cambiais	-	5.879
Riscos de juros	<u>7.162</u>	<u>17.193</u>
<b>Total</b>	<b><u>7.162</u></b>	<b><u>23.072</u></b>

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em entendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (5) (6)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25 %	Cenário B 50 %
Debêntures - 6ª Emissão	IPC-A <sup>(3)</sup>	Outubro de 2019	731.202	(2.537)	(2.756)	(2.973)
Debêntures - 8ª Emissão	IPC-A <sup>(3)</sup>	Julho de 2022	784.150	(66.007)	(71.917)	(77.826)
Debêntures - 9ª Emissão	CDI <sup>(2)</sup>	Agosto de 2021	322.930	(19.143)	(23.943)	(28.749)
Notas Promissórias - 5ª Emissão	CDI <sup>(2)</sup>	Outubro de 2020	788.523	(45.536)	(56.944)	(68.363)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	IPC-A <sup>(3)</sup>	Outubro de 2019	(335.414)	1.164	1.264	1.364
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	IPC-A <sup>(3)</sup>	Outubro de 2019	(166.934)	579	629	679
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	CDI <sup>(2)</sup>	Outubro de 2019	256.940	(580)	(720)	(859)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	CDI <sup>(2)</sup>	Outubro de 2019	133.594	(291)	(362)	(432)
Aplicação financeira (Menkar II) <sup>(4)</sup>	CDI <sup>(2)</sup>		730.734	38.966	48.703	58.439
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(93.385)</u>	<u>(106.046)</u>	<u>(118.720)</u>
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e derivativos				(132.351)	(154.749)	(177.159)
Efeito sobre as aplicações financeiras				38.966	48.703	58.439
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(93.385)</u>	<u>(106.046)</u>	<u>(118.720)</u>
As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup> :						
	CDI <sup>(2)</sup>			5,40%	6,75%	8,10%
	IPC-A <sup>(3)</sup>			2,89%	3,62%	4,34%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 30/09/2019, divulgada pela B3;

(3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;

## Notas Explicativas

- (4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada;
- (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/09/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

### 19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

#### a. Compromissos com o Poder Concedente

##### Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1).

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 25.171 referente ao direito de outorga variável (R\$ 24.392 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018).

#### b. Compromissos relativos à concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 30 de setembro de 2019 esses compromissos estavam estimados em R\$ 20.599 (R\$ 25.902 em 31 de dezembro de 2018).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

### 20. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

#### b. Reconciliação das atividades de financiamento

	Debêntures e notas promissórias	Dividendos a pagar	Operações com derivativos	Total
Saldo Inicial	(2.528.437)	-	106.213	(2.422.224)
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>				
Pagamentos de principal e juros	59.335	-	-	59.335
Liquidação de operações com derivativos	-	-	(1.384)	(1.384)
Dividendos pagos	-	178.568	-	178.568
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>59.335</b>	<b>178.568</b>	<b>(1.384)</b>	<b>236.519</b>
<b>Outras variações</b>				
Despesas com juros, variação monetária	(157.320)	-	-	(157.320)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	8.544	-	7.162	15.706
Outras variações que não afetam caixa	-	(178.568)	-	(178.568)
<b>Total das outras variações</b>	<b>(148.776)</b>	<b>(178.568)</b>	<b>7.162</b>	<b>(320.182)</b>
Saldo Final	(2.617.878)	-	111.991	(2.505.887)

## Notas Explicativas

### 21. Eventos subsequentes

#### Debêntures

- a. Em 15 de outubro de 2019, foram liquidadas as debêntures da 6ª emissão, em sua data de vencimento. Na mesma data foram liquidados os contratos de SWAP.
- b. Em 22 de outubro de 2019, foi realizada a 10ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 770.000, em série única, com custo a ser definido pelo processo de bookbuilding, cuja taxa teto será de CDI 1,20% a.a. A emissão terá prazo de 7 anos. A emissão conta com garantia adicional fidejussória com condição suspensiva.

\*\*\*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da,

Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema

Anhanguera - Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações

Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações

contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial

Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como

pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas

pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações

Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas

informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações

Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim

Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente).

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações,

principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na

aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de

uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo

com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de

que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser

identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Conforme nota explicativa 1.1, às informações contábeis intermediárias, do período findo em 30 de setembro de 2019, foi celebrado por sua controladora, o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo ("Instrumento") do qual a Companhia é parte integrante. Os efeitos desse instrumento, aplicáveis a Companhia, foram refletidos nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias emitidas. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais. Conseqüentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2019 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no

parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis

intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado

(DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação

suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão

executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia.

Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão

reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme

aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no

Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em

nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base

para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos

conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor

adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma

consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de outubro de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2019.

Jundiaí-SP, 25 de outubro de 2019.

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

FÁBIO RUSSO CORRÊA

DIRETOR OPERACIONAL

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2019.

Jundiaí-SP, 25 de outubro de 2019.

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

FÁBIO RUSSO CORRÊA

DIRETOR OPERACIONAL